



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS DE GUARABIRA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA**

FRANCISCO SOARES DE LIMA

**HISTÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS: A IMPLEMENTAÇÃO DA
LEI 10.639/2003 NO CURRÍCULO DE UMA ESCOLA DE ENSINO
FUNDAMENTAL E MÉDIO NA CIDADE DE MAMANGUAPE- PB**

**GUARABIRA
2018**

FRANCISCO SOARES DE LIMA

**HISTÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS: A IMPLEMENTAÇÃO DA
LEI 10.639/2003 NO CURRÍCULO DE UMA ESCOLA DE ENSINO
FUNDAMENTAL E MÉDIO NA CIDADE DE MAMANGUAPE- PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado à coordenação do Curso de
História da UEPB, Campus Guarabira, como
requisito parcial a obtenção do Título de
Graduado em História.

Linha de Pesquisa: História, Ensino e
Currículo.

Orientador: Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas

**GUARABIRA
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732h Lima, Francisco Soares de.
História e movimentos sociais negros: [manuscrito] : a implementação da Lei 10.639/2003 no currículo de uma escola de ensino fundamental e médio na cidade de Mamanguape - PB / Francisco Soares de Lima. - 2018.
48 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.
"Orientação : Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas ,
Coordenação do Curso de História - CH."
1. História afro-brasileira. 2. Cultura afro-brasileira. 3. Cultura africana. 4. História africana. 5. Implementação da Lei 10. 6. 639/2003. I. Título

21. ed. CDD 372.890

FRANCISCO SOARES DE LIMA

HISTÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS: A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI
10.639/2003 NO CURRÍCULO DE UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL
NA CIDADE DE MAMANGUAPE- PB

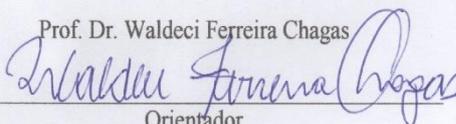
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado à Coordenação do Curso de História
da UEPB, Campus Guarabira, como requisito
parcial a obtenção do Título de Graduado em
História.

Linha de Pesquisa: História, Ensino e Currículo.

Aprovada em 05/12/2018.

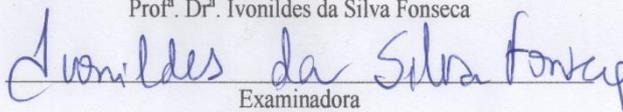
BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas



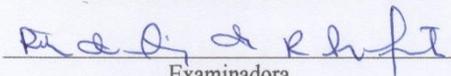
Orientador
(UEPB/DH)

Prof.^a Dr.^a Ivonildes da Silva Fonseca



Examinadora
(UEPB/DE)

Prof.^a Dr.^a Rita de Cassia da Rocha Cavalcante



Examinadora
(UEPB/DE)

A minha família.

Aos meus filhos, Josué Francisco e Joaquim
Francisco minha inspiração.
A minha esposa Ladjane Coutinho, que sempre
esteve presente nessa caminhada, apoiando,
incentivando, acreditando que os sonhos são
possíveis de serem realizados e que nunca
desistisse de tornar realidade esse sonho.
Seus exemplo meu amor, foi o meu Norte.

AGRADECIMENTOS

Ao senhor Deus obrigado pelo dom da vida e tornar realidade os meus sonhos. As forças positivas da natureza e ao equilíbrio dos bons pensamentos que clareia a mente humana.

Minha querida mãe Francisca Santos de Lima, obrigado pelos ensinamentos e por me guiar pelos bons caminhos, seus conselhos foram os mais sábios, os valores que aprendi levarei pra sempre comigo, levarei também a valorização da vida que está presente nas coisas mais simples.

Ao meu pai Josué Francisco de Lima (in memoriam), sua ausência foi preenchida por todos os ensinamentos que me destes. Desde pequenino aprendi a importância da honestidade, ética, educação, enfim valores primordiais. O senhor meu pai sempre estará presente em minhas memórias, essa conquista é muito sua, sou grato pelos incentivos aos estudos mesmo com tantas dificuldades sei do seu esforço para nos dá o melhor.

Ao meu irmão Cicero. A minhas irmãs; Maria José, Francisca e Maria da Guia. Aos meus filhos Josué Francisco e Joaquim Francisco, meus tesouros e inspiração, cada esforço foi por vocês, que voltei meus pensamentos nos momentos em que pensei em desistir, percebi que precisava continuar e cada obstáculo enfrentado valeria à pena. Nunca lutei para ser o melhor pai, mas, sim para fazer de vocês (JOSUÉ e JOAQUIM) os melhores seres humanos. Tudo o que fiz e enfrentei foi para que no futuro vocês meus filhos tenham um exemplo a seguir e poder se orgulhar.

A minha querida e amada esposa Ladjane Coutinho da Silva, saiba que você é muito especial para mim, suas qualidades maravilhosas não passam despercebidas a ninguém, eu tenho a felicidade de poder ter você na minha vida. Uma companheira, amiga, mulher forte que sempre esteve ao meu lado nos momentos felizes e nos momentos difíceis, a minha caminhada acadêmica devo a você minha querida, pois sem o seu incentivo não teria nem iniciado essa caminhada, pois credito todo esse momento especial a você meu amor Ladjane, obrigado por me ajudar a realizar esse sonho. A todos e todas que fazem parte desta instituição (UEPB), que oportunizaram este momento, ao corpo docente, aos funcionários em geral, guardas, segurança, agente administrativo, auxiliar de serviços, copeiro, jardineiro, enfim, obrigado. Aos/as professores e professoras pelos momentos de ensinamentos, cobranças, e alegrias

sempre prontos/as com apoio para o que precisássemos ao longo do curso, saibam que vocês foram essenciais para o meu crescimento como discente, humano, pretendo professor. A todos meus sinceros agradecimentos.

Aos meus colegas da turma (2014.2), muitos desistiram, outros seguraram a tarefa de ser historiador até o fim. Meus queridos colegas; ANTONIO, AURÉLIO, AMERÍCIO, AURENIVIA, DORACY, FRANCISCO CUNHA, LAELSON, LARISSA, LUANA, JOSÉ ANDERSON, JOSÉ NILTON, MANUELLE, MANOEL ALEXANDRE, ROSILENE, OBERONE, vocês foram especiais nessa caminhada, passamos altos e baixos, mas sempre unidos nos momentos difíceis, agradeço a Deus por ter feito parte dessa turma que guardarei no meu coração cada um de vocês. Aos colegas que passaram pela turma (2014.2) saibam que todos vocês fazem parte dessa História.

Ao estimado professor Dr. Waldeci Ferreira Chagas, mais que um professor foi um amigo, orientador da vida, nos norteando pela busca de reconhecimento e pertencimento, não hesitou em aceitar o convite para a conclusão dessa empreitada, me acolheu com alegria e compartilhou seu conhecimento dando-me suporte e orientação quando precisava na construção e organização deste trabalho, seus ensinamentos ficarão gravados em minha epiderme como quem grava a primeira e a mais linda tatuagem. Ao senhor professor Dr Waldeci obrigado por tudo. Axé, paz e bem!

Quero agradecer a todos que participaram da entrevista, abrilhantando esse trabalho e contribuindo para a construção do mesmo, a todos os docentes, direção coordenação, alunos/as, auxiliares, merendeiros/as, enfim, todos e todas que fazem parte da escola pública do Município de Mamanguape, meu muito obrigado!

Enfim a todos/as, recebam meus sinceros votos de agradecimento, vocês direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste sonho e para a ressignificação da minha HISTÓRIA.

Muito obrigado!

A história sozinha cria estereótipos, e o problema com estereótipos é que não é que eles não são verdadeiros, mas que eles são incompletos. Eles fazem uma história se tornar a única história.
(Chimamanda Ngozi Adichie)

RESUMO

Neste artigo analisamos a implementação da Lei 10.639/2003 no currículo de uma escola pública estadual na cidade de Mamanguape-PB, ou seja, trata-se de um exercício de reflexão sobre como professores/as do ensino fundamental II e professores do ensino médio estão trabalhando em sala de aula com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana. Para tanto, entrevistamos 08 docentes da escola os quais responderam a um questionário com questões abertas. De posse dos questionários, analisamos as respostas e dialogamos com pesquisadores/as que discutem sobre a educação étnico-racial e temáticas correlatas, a exemplo de Gomes, Munanga, Fernandes e Chagas. A partir das formulações desses autores/as fundamentamos as reflexões pertinentes às experiências identificadas na escola em Mamanguape. Concluímos que implementar a Lei 10.639/2003 é um processo permanente que exige do/a professor/a mudança de percepção de olhar com relação as pessoas negras na sociedade brasileira, por extensão perpassa pela construção do currículo escolar, democratização da escola, formação docente e acesso a material didático. Portanto, passa uma série de fatores, e não apenas a vontade do/a professor/a.

Palavras-chave: currículo, história e cultura afro-brasileira e africana, implementação.

ABSTRACT

In this article we analyze the implementation of Law 10.639 / 2003 in the curriculum of a state public school in the city of Mamanguape-PB, in other words, it is an exercise in reflection on how primary school teachers II and teachers in teaching are working in the classroom with the contents of Afro-Brazilian and African history and culture. For that, we interviewed 08 teachers from the school who answered a questionnaire with open questions. With the questionnaires in hand, we analyze the answers and dialogue with researchers who discuss ethno-racial education and related topics, such as Gomes, Munanga, Fernandes and Chagas. From the formulations of these authors, we base the reflections pertinent to the experiences identified at the school in Mamanguape. We conclude that implementing Law 10.639 / 2003 is a permanent process that requires the teacher / the change of perception regarding black people in Brazilian society, by extension through the construction of the school curriculum, democratization of the school, teacher training and access to teaching materials. Therefore, a series of factors, not just the will of the teacher, passes.

Keywords: Curriculum, African-Brazilian and African history and culture, Implementation

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DFID	MINISTÉRIO BRITÂNICO PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
IPEA	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
LDB	LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL
MNU	MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
ONGs	ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAIS
PCNs	PARÂMETROS CURICULARES NACIONAIS
PCRI	PROGRAMA DE COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL
TEN	TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
SOBRE A ESCOLA.....	15
SOBRE A PESQUISA.....	17
I – PARTE	
19	
1 POR QUE ENSINAR HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA EDUCAÇÃO BÁSICA?.....	19
1.1 O PORQUÊ DE A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA TEM SE TORNADO OBRIGATÓRIO NA ESCOLA?.....	23
1.2 UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA: OS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS E A LUTA POR EDUCAÇÃO.....	27
II – PARTE	
32	
2. OS DESAFIOS E LIMITAÇÕES DE SE ENSINAR HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	32
2.1 SOBRE OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	33
III – PARTE	
37	
3. O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL	37
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	42
REFERENCIAS.....	44
APÊNDICE.....	47

INTRODUÇÃO

Nas escolas o estudo sobre a história e cultura afro-brasileira e africana, ainda encontra diversas barreiras, apesar da Lei 10.639/03 que o implementa ressaltar a importância dessa história e cultura na formação da nossa sociedade.

Logo, sua obrigatoriedade deveria ser fato natural no currículo das escolas públicas e privadas, uma vez que o Brasil é formado por uma multiplicidade de culturas. A diversidade cultural presente nesse país é reflexo do processo de colonização a que ele foi submetido. Nesse sentido, levar as salas de aulas os diferentes aspectos presentes na formação da sociedade brasileira e de sua cultura são importantes para promover interação, criar laços, pensar na imagem do “outro” como também entender que fazemos partes de uma identidade diversificada com vários povos, costumes e culturas.

Nesse sentido, a escolha do tema: “Reflexões Sobre a Implementação da Lei 10.639/2003 no Currículo de uma Escola Estadual de Ensino Fundamental no município de Mamanguape” se deu pela necessidade de entender como são apresentadas as interpretações sobre a construção histórico social, política e cultural do Brasil no que tange a história e cultura afro-brasileira e africana, observando como essa temática é desenvolvida nas práticas pedagógicas dos professores/as, e quais as metodologias utilizadas? A partir dessas questões desejamos entender como está sendo implementada a Lei 10.639/2003, nessa unidade de ensino e assim identificar se os conteúdos demandados por essa lei estão incluídos no currículo escolar e integram a prática pedagógica de professores/as.

O estudo sobre história e cultura afro-brasileira e africana é importante, uma vez que, o mesmo nos oportuniza ampliar nossos conhecimentos sobre a construção da identidade do povo brasileiro, entendendo que essa história e cultura estão presentes em cada um de nós. Diante disso não se pretende fazer “julgamento” sobre a prática dos/as professores/as com relação ao ensino desses conteúdos, mas, entender como eles/as lidam com essa temática em sala de aula, quais são os desafios?

Tão pouco é propósito mostrar a superioridade de grupos étnicos, essa visão de “superioridade” não pode existir, mas também não se pode negar que na sociedade brasileira durante muito tempo foi valorizado apenas a cultura europeia, e é nosso dever questionar e lutar pela (re)construção da identidade histórica e cultural do Brasil valorizando as diferenças. O melhor lugar para se iniciar esse caminho é a escola, é na sala de aula. Essa condição se assemelha a afirmação de Mandela (1985), quando fala

sobre opressão e a luta; ambas tem que ser por uma causa justa e não para mostrar a superioridade de ninguém. Sobre essa questão, disse Mandela: “Lutei contra a dominação branca e lutei contra a dominação negra”.

Desta feita, a pesquisa que resultou neste trabalho, teve como finalidade compreender como a cultura afro-brasileira e africana vem sendo ensinada nos espaços educacionais evidenciando os conteúdos programáticos diante da realidade da escola espaço da pesquisa; instituição pública localizada no município de Mamanguape/PB. Ensinar e aprender história e cultura afro-brasileira e africana se faz necessário, uma vez que, a construção histórica do nosso país está vinculada as várias culturas, na qual tanto os negros, quanto os indígenas fazem parte e muitas vezes são colocados apenas como meros espectadores dessa história.

Nesse sentido, o currículo escolar deve contemplar os conteúdos definidos pela Lei 10.639/2003, o que dá autoridade aos/as professores/as para levar a sala de aula novos olhares sobre a história dos/as brasileiros/as; uma história que contemple as lutas e resistências; assim como as contribuições das relações étnico-raciais entre brancos, negros e indígenas. O estudo dessa história e cultura possibilitará aos/as brasileiros/as se reconhecer. Essa cultura está no cotidiano de cada um de nós, e é o que forma a identidade dos/as brasileiros/as. Trata-se de uma história rica em diversas manifestações, mas ainda é pouco conhecida, principalmente pelos jovens, adolescentes e crianças nas escolas da educação básica.

Este trabalho discute as experiências dos professores/as de uma Escola Pública da rede estadual do Município de Mamanguape - PB. Para tanto, recorreremos a pesquisas bibliográficas como suporte importante no desenvolvimento do trabalho e a entrevista feita a 08 profissionais que trabalham na escola. Realizamos entrevistas com a coordenação pedagógica e docente da escola, além da observação da prática em sala de aula, e análise do PPP da escola, no sentido de identificar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana.

Analisamos a inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas salas de aulas, nas práticas educativas e quais são as metodológicas utilizadas pelos/as professores/as. Levamos em consideração a formação sobre o tema abordado, as leis que as regem, como também analisamos os desafios enfrentados pelos docentes.

SOBRE A ESCOLA

A escolha desta instituição para a realização da pesquisa se deve ao fato de ter sido nela que cursei meus primeiros anos do ensino fundamental I, e sempre mantive boa relação com professores/as e direção. Também foi nesta escola onde realizei o estágio docente na área de História.

A referida escola foi fundada no dia 02 de abril de 1937, sendo uma das primeiras escolas públicas de Mamanguape, fica localizada no centro da cidade, mas, a demanda de alunos vem de bairros próximos, principalmente do Bairro Alto do Cemitério. A maioria dos/as alunos/as são de famílias de baixa renda, o quadro docente é composto por (27) vinte e sete professores/as sendo vinte e um (21) efetivos, e seis (06) prestadores de serviços. Do total de 27 professores/as, entregamos o questionário a 14, mas apenas 08 responderam, e, portanto, participaram da entrevista. São das seguintes áreas: Artes (02), Português/Literatura (03) e História (03).

Os/as professores/as entrevistados/as têm seus nomes preservados e para mantê-los anônimos atribuímos-lhes nomes fictícios, o que os resguarda de identificação. As entrevistas foram realizadas com previa autorização da gestão escolar e dos/as professores/as que se dispuseram, para tanto assinaram termo de concessão de entrevista, o que também nos comprometemos a utilizar as informações fornecidas para fins meramente acadêmicos mantendo-os no anonimato.

Para a realização da pesquisa, foram feitas diversas visitas a instituição escolar tanto para conversas com a diretora e a coordenadora pedagógica no sentido de informá-las sobre o nosso propósito e nos atermos do funcionamento da escola, quanto para entendermos a dinâmica da escola e o melhor horário para encontrarmos os/as docentes de História, Português/Literatura e Artes. Na realização das entrevistas procuramos respeitar horários e disponibilidades dos docentes para que tudo fluísse de acordo com o tempo deles/as. Foi construído um questionário com dez perguntas livres e entregues à que respondessem.

Os contatos mantidos foram relevantes, principalmente porque possibilitaram que nos apropriássemos da importância do ensino plural, o que valoriza a construção do pensamento pautado nas ideias de inclusão. Mesmo que docentes tenham afirmado que os livros didáticos “estão melhores”, o que significa dizer que estão dando mais visibilidades a outras culturas, a exemplo da cultura afro-brasileira e indígena, eles concordaram que durante a época em que foram estudantes dos ensinos fundamental e

médio, os livros didáticos quando faziam referência as pessoas negras se limitavam ao aspecto do trabalho, sobretudo, a relação entre senhor/escravo e a liberdade assinada pela Princesa Isabel, o que resultou na abolição da escravidão no Brasil.

Essa compreensão corrobora com o que também vivenciamos quando cursamos os ensinamentos fundamental e médio. A representação dos povos negros nos livros didáticos na década de 1990 a 2000 não era diferente do que professores/as vivenciaram em sua época. Quando estudamos não havia a Lei 10.639/2003. Desde então só viemos ter contato com a história dos africanos e dos afro-brasileiros enquanto discente do Curso de História na UEPB, ou seja, depois de mais de dez anos da promulgação dessa lei. Podemos dizer que, a partir de então o nosso olhar sobre a história das pessoas negras e de suas condições na sociedade brasileira mudou. A partir de então passamos a entender a (re) construção da história, sobretudo, a visibilidade que passou a dar a quem historicamente foi mantido à margem da sociedade, o que só foi possível devido a perspectiva de educação democrática e plural prevalente na escola.

SOBRE A PESQUISA

As questões foram elaboradas a fim de entender como se dão as práticas docentes nas salas de aulas, ou seja, como professores/as pensam, tratam e agem com a temática história e cultura afro-brasileira e africana, visto que o ensino desse conteúdo está amparado na Lei 10. 639/2003, na LDB 9.394/96 e nos PCN's. O propósito de tais documentos é possibilitar aos/as alunos/as e professores/as, como afirma Batista:

Uma educação antirracista no sentido de promover o confronto de ideias inerentes à dinâmicas das relações na escola, na tentativa de promover um olhar crítico. Na perspectiva de relacionar pluralidade cultural e educação para igualdade, entendendo cultura como acervo de conhecimentos e saberes, tecnologias, linguagens e práticas culturais existentes na sociedade não na lógica da exclusão, porém, na possibilidade da construção de outra mentalidade, pautada no princípio ético da identidade humana (BATISTA, 2010 p.309).

As cinco primeiras questões que compõem o questionário foram elaboradas no sentido de conhecer melhor os/as professores/as, sua formação, área em que atua tempo de exercício no magistério e principalmente como eles se veem etnicamente. As demais questões tratam sobre a Lei 10.639/03 e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a importância do estudo desse conteúdo na construção da identidade racial. Nesse sentido, podemos observar como professores/as na escola elaboram estratégias para trabalhar essa temática e fazê-la valer no currículo da escola. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, e nela as leituras exploradas deram ênfase e embasamento a discussão sobre o tema, o que oportunizou compreender o desempenho dos professores (as) no ensino dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, levando em consideração que: "... o mais importante não é o ensino, mas o processo de aprendizagem" (Parâmetros Curriculares Nacionais; 1997, p.31).

Para possibilitar ao/a leitor/a melhor compreensão das discussões formuladas neste trabalho, organizamos com uma introdução onde apresentamos o caminho utilizado, a escolha do tema que está relacionado com a importância do estudo sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, como foi desenvolvido a metodologia da pesquisa, as ferramentas utilizadas, abordagem dos sujeitos e o local da pesquisa. E mais três partes.

Na primeira parte; Por que Ensinar História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica? Discutimos sobre a importância de levar a sala de aula um ensino plural e democrático que valorize a diversidade étnico-racial, uma vez que, esta faz parte

da construção histórica da sociedade brasileira. Essa realidade exige que tenhamos novos olhares sobre os/as negros/as, os indígenas e outros povos. Assim discutimos os estereótipos existentes em nossa sociedade alimentados pela mídia e reproduzidos pelas escolas. Também faz parte da discussão; à diversidade, os movimentos sociais negros e a luta por educação. Relacionamo-las com as conquistas e resistências das populações negras de outrora, as da contemporaneidade, cujo referencial é a implementação da Lei 10.639/2003.

Na segunda parte discutimos Os Desafios e Limitações de se Ensinar História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Aqui tratamos sobre a importância de políticas educacionais, as discussões sobre os sujeitos da pesquisa desenvolvidas na escola, a formação de professores/as e práticas docentes e apresentamos os desafios e ações sobre discutir a diversidade e importância de se ensinar história e cultura afro-brasileira e africana.

Na terceira parte; O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Construção da Identidade Racial, analisamos como se deu a construção da identidade racial no Brasil. A ideia de miscigenação com objetivo de clarear a população, as causas e consequências dessa política/cultura de “branqueamento” aos negros/as, possibilitando discussão sobre a relação de poder nos currículos escolares, o desafio de se (re) construir uma identidade negra, a fim de denunciar preconceitos e reivindicar seu lugar de direito na construção da história nacional e a valorização da cultura afro-brasileira despertando a necessidade de políticas públicas destinadas aos negros, através da educação formal.

No momento tecemos algumas considerações a essa discussão, mostrando que. A metodologia desenvolvida pelos professores (as) em sala de aula contribui consideravelmente com o processo de ensino-aprendizagem. Não se pode separar ou excluir a participação dos negros/as na nossa história política, econômica e cultural, muito menos negar-lhes um lugar de destaque na construção desta nação, passados quinze anos da promulgação da Lei 10.639/2003, os desafios da educação que trata das relações étnico-raciais ainda são muitos.

I PARTE

POR QUE ENSINAR HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA EDUCAÇÃO BÁSICA?

O ato de ensinar, leva a pensar sobre à prática da construção de conhecimentos/saberes, de acordo com Freire (1996, p.21) “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. É nesse sentido que a discussão da identidade negra e o preconceito racial devem está presente nas salas de aula. Para Schmidt e Cainelli (2009, p34) “Ensinar história passa a ser, então, dar condições ao aluno para poder participar do processo de fazer conhecimento histórico, de construí-lo”.

Nessa perspectiva se faz necessário levar a sala de aula um ensino que venha romper com a hegemonia pautada no modelo eurocêntrico de educação, entender que existem outros “sujeitos” que precisam se fazer presente, está presente nessa nova perspectiva de construção de identidade étnico racial pautado na história e cultura afro-brasileira e africana nas redes de ensino da educação básica.

As interpretações sobre a construção histórica social, étnico racial, política e cultural do Brasil sempre trouxeram raízes da superioridade dos brancos europeus. Os indígenas assim como os negros foram impostos ao modelo de sociedade branca, as escolas por muito tempo infelizmente contribuíram com esse processo quando transmitiu o pensamento eurocêntrico. É preciso romper a barreira que traz consigo raízes preconceituosas e estereótipos, inferiorizando os negros e negando o seu legado na construção da história desse país. Nas palavras de Chagas (2018), “Os professores/as precisam urgentemente se reconhecer nesse sujeito denominado de o outro, e que o chamam negro/a”.

O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica é fundamental e se faz necessário para garantir aos alunos/as o acesso a temas importantes, e que eles se sintam instigados a se verem de modo diferente do que foi imposto pela sociedade. As escolas devem tratar as diferenças existentes na comunidade escolar e na sociedade em que está inserida e não nega-las. Para Chagas (2016, p.247) Embora o Brasil seja internacionalmente conhecido por seu caráter pluri e multicultural, ainda hoje a diversidade étnica dos (as) brasileiros (as) nem sempre é contemplada em sala de aula, apesar de a escola ser composta por negros, brancos e índios. Ou seja, existe a lei que

assegura a inserção do estudo sobre as questões étnicas e culturais, além do mais, as escolas do Brasil são repletas da diversidade étnica. Os alunos têm direito de acesso à história e cultura afro-brasileira e africana, porque, como brasileiros/as fazemos parte dessa construção histórica criada desde o século XV com a chegada dos portugueses nessas terras, e muito antes com os indígenas, depois com os africanos que foram trazidos da África para executar os trabalhos forçados como escravizados.

No início do século XX, uma leva de europeus e asiáticos chegaram ao Brasil para trabalharem e fortalecer a política de branqueamento daquela época. A diversidade de povos que chegaram nessas terras dos quais fazemos parte colaborou com a construção dessa nação, por isso não podemos negar, mas durante muito tempo a diversidade de povos e culturas foi sufocada na construção da “sociedade brasileira, e prevaleceu a ideia de uma sociedade homogênea” nos moldes europeus.

Por isso se deve ensinar nas escolas a pluralidade de etnias, e culturas, pois fazem parte da construção histórica da sociedade brasileira, o que exige que tenhamos novos olhares sobre os negros e os indígenas. Conhecer essas histórias a partir de reflexões sobre como foram às relações desses povos, suas lutas, crenças, culturas e conquistas se torna de fundamental importância sobre a relação do indivíduo consigo mesmo e com a sociedade em que ele está inserido.

Podemos dizer que, embora não seja uma relação linear, os avanços, as novas indagações e os limites da teoria educacional têm repercussões na prática pedagógica, assim como os desafios colocados por essa mesma prática impacta a teoria, indagam conceitos e categorias, questionam interpretações clássicas sobre o fenômeno educativo que ocorre dentro e fora do espaço escolar (GOMES, 2012, p.99).

Os alunos/as têm direito ao confronto entre questões no que diz respeito à identidade, se reconhecer como tal é preciso e a escola desempenha papel importante através de diálogos em sala de aula, com a comunidade trazendo para reflexão o se reconhecer no “outro”. Acreditamos que professores/as precisam dá oportunidades aos alunos/as de eles/as trazerem suas ideias diferentes e tratá-las fomentando o debate em sala de aula, instigar essas ideias pertinentes trazidas pelos/as alunos/as e expô-las na tentativa de se construir novas perspectivas a respeito da identidade racial e combater qualquer tipo de preconceito existente para não correr o risco de repetir estereótipos e condições já existentes sobre determinado grupo étnico. A respeito desta questão.

Os líderes negros acreditavam que se as pessoas negras e não negras conhecessem a história e cultura afro-brasileira e africana, outras relações e imagens de si e do outro seriam possíveis, haja vista, os africanos, assim como as pessoas negras no Brasil serem detentoras de uma história e cultura até então desconhecidas pela maioria da população, em função de ser desvalorizada pelo sistema escolar. Uma situação, um tanto contraditória, sobretudo, porque a cultura afro-brasileira é cotidianamente vivenciada nos becos e esquinas dos morros, subúrbios e arredores urbanos e rurais das cidades brasileiras. No entanto, como pode estar ausente das escolas? A África e os africanos ao longo da história da humanidade enriqueceram outras culturas, mas suas histórias ainda não compõem os currículos de muitas escolas no Brasil, exceto quando se discute sobre a escravidão. (CHAGAS; 2016, p.247).

De acordo com Romão (2005), a discriminação, que desde a muito tempo está presente na sociedade brasileira, fez com que negros/as tivessem que se adaptarem aos padrões impostos. Para Almeida e Sanchez (2016), as instituições escolares públicas excluía os negros escravizados do acesso, mas, permitiam que os negros libertos frequentassem-nas. Com tudo, os filhos das elites, recebiam educação em suas casas, evitando o relacionamento direto com os negros e com os pobres, “ficando o preconceito de raça disfarçado sob o de classe com o qual tende a coincidir”. É necessário reconhecer que a inserção da cultura africana e afrodescendente nas escolas agrega riqueza cultural, oportuniza um ensino rico e democrático, ainda fortalece as relações étnico-raciais. Sobre a importância dessas relações e a inserção da cultura africana e afro-brasileira Junior e Oliveira afirmam que:

Inserir a cultura africana e afrodescendente na escola representa não só uma conquista do Movimento Negro e dos estudiosos do tema ao longo dos últimos anos, mas de toda a população brasileira, além de favorecer a educação como um todo, pois devido ao modo silenciado que se configurou com a ausência dessa discussão, muito da riqueza cultural do Brasil foi perdida, pouco explanada e/ou pouco conhecida, o que ocasionou em reflexões negativas acerca das relações étnico-raciais nas escolas (JUNIOR E OLIVEIRA; 2012 p.02).

As reflexões negativas que foram alimentadas por anos em nossas escolas e na sociedade reforçaram o pensamento eurocêntrico, o silêncio deve acabar. De acordo com Chagas (2017), quando analisa sobre essa problemática pontua algumas questões que precisam de atenção, a exemplo do “distanciamento da escola em relação à comunidade onde está localizada, ao acesso dos docentes ao material didático sobre história e cultura

afro-brasileira e africana, e à formação profissional que estes receberam, sobretudo, a formação inicial, baseada ainda nos moldes eurocêntricos”.

Cabe aos/as professores/as pensar em técnicas discursivas para que possam evidenciar as questões étnicas e culturais de cada grupo, tendo como base seus/as alunos/as, percebendo traços como, por exemplo, o que gostam, como eles se identificam etnicamente, como se vestem, o que gostam de fazer, religião, costumes, enfim elementos que ajudarão na prática escolar trazendo demandas que possam ser/em discutidas em sala de aula levando em consideração a vivência de cada um e a comunidade em que está inserido, uma vez que a maneira como nos comportamos tem influência da sociedade que vivemos; essa mesma sociedade ditam as regras e nos tornamos presos a uma série de condutas e hábitos. Diante dessa condição de “dependência” e “liberdade”; Bauman e May vão dizer que:

Quando se dão essas disjunções entre nossas expectativas e nossa experiência, podemos refletir sobre a possibilidade de os grupos a que pertencemos não serem aqueles pelos quais optamos por livre escolha. Talvez integremos este ou aquele pura e simplesmente por ali ter nascido. O grupo que nos define, nos ajuda a orientar nosso comportamento e se considera provedor de nossa liberdade pode não ser aquele que escolhemos conscientemente e, assim, talvez se torne um convidado indesejado. Quando nele ingressamos, não praticamos um ato de liberdade, mas uma manifestação de dependência (Bauman; May, 2010, p.27)

Nesse sentido podemos pontuar como se deu as experiências no Brasil sobre identidade, será que foi por livre escolha, será que ela nos define? Criam-se uma identidade nacional, tanto os povos indígenas ficam de fora dessa identidade, quanto os/as negro/as. “Até bem pouco tempo, o Estado brasileiro não incorporava as categorias racismo e discriminação racial para explicar o fato de os negros responderem pelos mais baixos índices de desenvolvimento humano, e os brancos pelos mais elevados” (Cavalleiro,2005, p.09).

1.1 O PORQUÊ DE A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA TEM SE TORNADO OBRIGATÓRIO NA ESCOLA?

Pensar em uma educação que contemple as multiplicidades de culturas e a valorização de “outros” povos como indígenas e negros nas salas de aulas das escolas brasileiras ainda é um desafio, ou seja, nos deparamos com vários entraves. A relação de poder que existe desde sempre associado ao currículo escolar “uno” que seleciona quais conhecimentos serão válidos ou não, ou seja, o que ensinar e o que aprender, livros didáticos que mesmo após a promulgação da Lei 10.639/03 continuam dando pouca visibilidade as questões de valorização da cultura negra, falta de políticas públicas voltadas a respeitar as “minorias”, silenciamento do corpo escolar que se apresenta em forma de preconceito “disfarçado” quando aceitam atitudes depreciativas para com os afro-brasileiros e indígenas ou qualquer outro grupo étnico, como “normal” ou brincadeira inofensiva alimentando estereótipos. São essas situações que precisam urgentemente de atenção, pede por mudanças e olhares em perspectivas de autoestima desse sujeito que a sociedade nega o direito de escolha da sua identidade, diante disso ele/a enquanto sujeito não se reconhece, passando a viver em conflito consigo mesmo. Começar um diálogo é necessário, trabalhar as diferenças é preciso.

De acordo com Munanga (1999, p.90), as tentativas da política de branqueamento no Brasil no fim do século XIX e início do XX, tinham o propósito de se chegar a uma raça verdadeira, fundamentalmente uma verdadeira civilização. Através das mesclas subentende como genocídio e o etnocídio o que fora feito contra as demais etnias, cujo propósito era a criação de uma sociedade nos moldes “hegemônico racial e cultural branco”, uma sociedade “unir racial e uni cultural”. Ainda segundo esse autor (1999); “em nenhum momento se discutiu a possibilidade de consolidação de uma sociedade plural em termos de futuro, já que o Brasil nasceu historicamente plural”.

Desconstruir os preconceitos e levar a construção de identidade racial e cultural valorizando a igualdade entre os brancos, negros e indígenas no sentido amplo como assegura a nossa Carta Magna de (1988), em seu Art. 5º quando diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”: (EC no 45/2004). A Lei de Diretrizes e Bases reforça a valorização da igualdade perante a lei, nesse sentido o artigo terceiro da

LDB, representa grande avanço para a nossa sociedade e a educação escolar quando diz que:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância; (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 2014, p,09)

Essa assertiva garante um ensino de qualidade e de igualdade como manda a lei, mas não é garantia na prática que essas questões estejam sendo discutidas como deveriam ser. As DCN's da Educação para as Relações Étnico Raciais reforçam a discussão das relações raciais nas instituições de ensino no Brasil, uma vez que as questões de identidade negra estão no centro dos debates assim como a cultura afro-brasileira e africana, sendo assim sua obrigatoriedade nas escolas se deu através de um processo de reivindicações e lutas das comunidades negras por reconhecimento e por garantia dos seus direitos, haja vista que são séculos de sofrimento.

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos. (DCNS, 2004, p.10-11).

Discutir as questões étnico-raciais nos dias atuais é um grande desafio enfrentado pelos educadores/as, ainda que este tema se encontre em total voga, colocá-lo em prática é “problemático” para os professores/as que se deparam com discriminações e “falta de conhecimento” sobre o assunto. Concordando com Batista (2010) quando discuti sobre a importância dos movimentos sociais negros unificados de Pernambuco e outros pelo

Brasil em defesa de uma educação formal, que esteja no cerne das discussões: a ressignificação da nossa história, valorização da consciência negra, Nesse sentido LIMA, (2000, p.165) apud Batista (2010, p.299) concordam que; “construir referenciais, recuperar memória, trazer à tona tudo aquilo que não encontrou estímulo para sedimentar-se na cultura individual e coletiva sobre o significado das relações com a África na nossa História”.

É notório que o Brasil com grandes dimensões territoriais é um país pluricultural. Acreditamos que uma das questões a se perguntar aos professores/as é; como você lida com esses desafios na escola, como evitar os conflitos e embates sem deixar de falar sobre racismo, intolerância, diversidade? As escolas como um espaço de ideias deveriam estabelecer elos de conhecimentos plural com os/as alunos/as e a sociedade, preferem neutralizar os debates sobre tais questões, deixando de exercer o papel de mediadora, nesse sentido, promovem o silenciamento inferiorizando as culturas fora do eixo eurocêntrico.

Por outro lado, é indiscutível o crescimento dos movimentos negros e de estudiosos que visam o fortalecimento do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, no sentido de promover uma sociedade igualitária nos princípios da equidade. Para Gomes (2012, p.106) é sempre bom destacar que os movimentos sociais têm como intenção política atingir de forma positiva toda a sociedade e não somente os grupos sociais por eles representados.

No final da década de 1970, ainda no período de opressão do Regime Militar e Civil, surgiu em vários estados do país o MNU (Movimento Negro Unificado), um movimento político e social que visava à valorização do negro/a na perspectiva de que os mesmos usufríssem das riquezas produzidas no Brasil, através do acesso aos serviços. Por isso, passou-se a discutir políticas de ações afirmativas para as populações negras. No campo da educação destacou-se a preocupação com o currículo escolar, formação de professores/as, a questão das relações étnico-raciais em um ensino equitativo, que combatesse o preconceito racial levando em conta a presença do/a negro/a junto às outras culturas que formam o Brasil.

Mesmo com a repressão instituída pelo estado na década de 1970, houve várias articulações distintas da sociedade pelos movimentos sociais reivindicando melhores condições de vida além de outros temas como combate ao racismo. De acordo com Batista (2010), nessa perspectiva de luta, destacaram-se o movimento operário, gerando um novo sindicalismo, o movimento ecológico, o movimento feminista e o movimento negro.

Ainda segundo esta autora, no Estado da Bahia, destacou-se o movimento negro Ilê Aiyê, fundado em 1974, como ponto de partida. Na época da criação desse grupo, os negros por perseguição tinham medo de assumir a sua negritude sob acusação de serem comunistas.

A partir de então, os Movimentos Negros passaram a tratar a educação com mais preocupação/atenção, e prioridade. As lutas empreendidas renderam mudanças como; as Diretrizes¹ Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, aprovadas em março de 2004, ocasião em que a Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, relatora e conselheira representante da temática étnico-racial no Conselho Nacional de Educação apresentou parecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, tendo sido esse documento aprovado por unanimidade pelos/as conselheiros/as.

De acordo com Batista (2010, pp.300-301) eram várias inquietações, e em 2004 iniciou a sua participação como membro representante da Secretaria de Educação do Recife no Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) com o apoio de alguns funcionários públicos e simpatizantes do Movimento Negro. Nessa parceria fez parte o Ministério Britânico para o Desenvolvimento Institucional (DFID), com a finalidade de apoiar sistematicamente o setor público municipal na prevenção e combate ao racismo institucional, e a sociedade civil. Na educação o principal objetivo foram as ações que fortalecessem a formação de professores/as da Rede de Ensino Municipal, na perspectiva de garantir a implementação da Lei 10.639/003.

A promulgação da Lei 10.639/003, que alterou a Lei 9.394, de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino público e privada a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2003, essa lei passou a transformar, ainda que timidamente o currículo escolar e as práticas pedagógicas em sala de aula. Foi uma grande conquista sem sombras de dúvidas. Mas para chegar a esse momento houve uma longa trajetória de lutas e resistência dos

¹ VER MAIS SOBRE O MNU: Os desafios da formação política da militância do Movimento Negro Unificado – MNU. Ilma Fátima de Jesus. In: <http://mnu.blogspot.com/2009/07/os-desafios-da-formacao-politica-da.html> acessado em 20/11/2018.

Desde 1978, o movimento negro unificado MNU, vem combatendo ao longo de sua História todas as manifestações preconceituosas e discriminatórias praticados contra africanos em África e na Diáspora. Nesse momento de maturidade política, o MNU se encontra na transição para uma organização de luta pela libertação do povo negro!

movimentos negros; luta que se iniciou desde a vinda forçada de homens e mulheres da África para o Brasil e aqui submetida à condição de escravizados/as. A luta permanece nos dias atuais, sobretudo, pela garantia da efetivação das políticas públicas para as populações negras, a exemplo do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas da educação básica.

As errâncias que os livros didáticos continuaram apresentar sobre a história dos negros e conseqüentemente a história do Brasil são enormes, uma vez que não se pode desvencilhar a participação dos povos negros na construção da sociedade, cultura, economia e outros aspectos. Os africanos são povos porque são originários de várias nações distintas do continente africano, que foram trazidos para o Brasil subjugados pelos portugueses. Os livros didáticos erram quando insistem em apresentar hierarquias entre as etnias, erram quando apresentam os negros apenas como mão de obra escrava, erram porque insistem na perspectiva hegemônica eurocêntrica e erram quando apresentam os negros como marginalizados, aculturados. A nossa sociedade ainda mantém a mentalidade escravocrata, o racismo é uma realidade dessa sociedade que desqualifica os negros/as.

1.2 UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA: OS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS E A LUTA POR EDUCAÇÃO

A história dos negros/as é muito rica e pouco evidenciada nos livros didáticos e nos espaços escolares, principalmente a história que apresente o negro na perspectiva positiva, evidenciando suas histórias, resistências, cultura, e as diversas relações estabelecidas no Brasil desde a colônia até os dias atuais. Apresentar esse sujeito valorizando-o como cidadão social, integrante de uma rica história é importante para que os alunos/as possam refletir a partir da ideia de pertencimento, desconstruindo as inferioridades que lhes são atribuídas ao longo da história.

Incluir história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar significa oportunizar que tanto as crianças, jovens e os adolescentes desconstruam as negatividades e a desvalorização das diversas culturas negras. Os professores/as podem levar para a sala de aula conteúdos sobre a história dos negros, mesmo esses conteúdos não estando disponíveis nos livros didáticos os professores/as podem encontrar uma gama de material que tratam sobre essa história para além do ponto de vista do escravismo. Deve tratar a história da resistência a partir da formação dos quilombos.

Desde o período colonial os quilombos são sinônimos de resistência, Zumbi dos Palmares² (Francisco Nzumbi) símbolo da resistência negra, lutou pela liberdade de culto e religião, bem como pelo fim da escravidão, sua postura diante do governo colonial foi de desafio e enfrentamento, o que resultou na sua morte no dia 20 de novembro; dia consagrado a consciência negra em reverência a sua memória. A criação³ desta data foi importante, pois serve como um momento de conscientização e reflexão sobre a importância da cultura e do povo africano na formação da cultura nacional. É importante destacar, perceber que os processos de lutas do povo negro se deu de várias maneiras. Por essa razão:

As entidades dos movimentos negros surgidos a partir dos anos 1970 denunciaram e muito esse equívoco e essa distorção. Lutaram para que a escola e a sociedade brasileira passassem a se lembrar das lideranças negras, das muitas formas de resistência desse povo. Um dos papéis importantes do movimento negro da atualidade foi denunciar que o dia 13 de maio não deveria ser comemorado como uma data que enfatizava a suposta passividade do negro diante da ação libertadora do branco. Durante a escravidão, os movimentos de luta e resistência negra foram muitos e variados e aconteceram em diversas regiões do país (MUNANGA e GOMES, 2005, p. 130)

No trabalho do antropólogo e professor brasileiro-congolês Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes (2005) “O Negro no Brasil de Hoje”, apresenta a história dos afro-brasileiros e africanos na construção do nosso país sem estereótipos dando o devido reconhecimento que eles merecem, mas essas histórias continuam silenciadas nas escolas. Como por exemplos, “Revolta da Chibata” um movimento que aconteceu no ano de 1910, onde se destaca João Cândido Felisberto, que junto com dois mil marujos assumiu o comando do navio de guerra apontaram seus canhões para pontos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro. Lutavam contra os perversos castigos e maus tratos sofrido, armados com as mais modernas armas o governo cedeu às reivindicações e aprovou o fim dos açoites, e ainda concedeu anistia aos revoltosos. João Cândido o marinheiro gaúcho, o almirante negro morreu no dia 06 de dezembro de 1969, com 89 anos.

² Site: Toda Matéria. Zumbi dos Palmares Por: Juliana Bezerra / Professora de História. Link: <https://www.todamateria.com.br/zumbi-dos-palmares/.acessoem23/09/2018>.

³ Site: Sua pesquisa.com. Dia da Consciência Negra História do Dia da Consciência Negra, cultura afro-brasileira, importância da data, quem foi Zumbi dos Palmares, 20 de novembro.

Outra forma de resistência negra foi “A Imprensa Negra”⁴ importante meio de comunicação utilizado pelos negros que através deste podiam disseminar suas ideias e fazer suas vozes ecoar mais forte. De acordo com os autores/as em meados dos anos XX, assistiu-se ao surgimento da imprensa negra independente, em São Paulo, feita por homens de baixas poses como José Corrêa Leite, auxiliar de farmácia, Jayme Aguiar, pequeno funcionário, e outros homens negros do mesmo nível social. O que caracterizou os jornais organizados por esses e outros homens foi o fato de viverem apenas dos escassos recursos da comunidade negra. Afirmam ainda que; a situação desses órgãos era de muita luta: não tinham anunciantes e a venda avulsa não compensava (2005). Os autores/as ressaltam a importância de conhecer essa história. “Essa outra história” para superar a ideia equivocada que persisti em nossa sociedade de que a comunidade negra sempre foi iletrada, analfabeta e desorganizada. Então esse meio de comunicação foi efetuado através dos jornais negros da época. O Menelik foi um dos primeiros jornais associativos que surgiram em São Paulo, criado pelo poeta negro Deocleciano Nascimento.

Do ponto de vista da organização política “A Frente Negra Brasileira” foi um movimento da década de 1930 do século passado, tinha como objetivo integrar o povo afrodescendente à sociedade através da educação. A Frente Negra, estruturada inicialmente em São Paulo, teve núcleos fundados em outros estados como Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, entre outros. A sua proposta fundamentava-se em uma filosofia educacional, acreditando que o negro venceria à medida que conseguisse firmar-se nos diversos níveis da ciência, das artes e da literatura (2005). Nesse sentido, os fretenegrinos davam um grande valor à educação.

⁴ Site: O MENELICK 2º ATO: AFROBRASILIDADES E AFINS. A IMPRENSA NEGRA PAULISTA (1915 – 1963) Por Nabor JR. Link: <http://omenelicksegundoato.blogspot.com/2010/11/imprensa-negra-paulista-1915-1963.html>. acesso em 29/09/2018.

Foi ainda no período colonial que o tipógrafo negro Francisco de Paula Brito fundou O Homem de Cor (1833), depois denominado O Mulato, no Rio de Janeiro, primeiro jornal de combate à discriminação racial no Brasil, precursor daquilo que mais tarde iria se chamar “imprensa negra”. Difundindo aquilo que os seus redatores achavam mais interessantes para a vida social e cultural dos negros, O Menelick conseguiu grande prestígio na comunidade negra paulista. Após o início da sua circulação, outros periódicos se sucederam na seguinte ordem: A rua e O Xauter, 1916; O Alfinete, 1918; O Bandeirante, 1919; A Liberdade, 1919; A Sentinela, 1920; O Kosmos, 1922; O Getulino, 1923; O Clarim da Alvorada e Elite, 1924; Auriverde, O Patrocínio e O Progresso, 1928; Chibata, 1932; A Evolução e A Voz da Raça, 1933; O Clarim, O Estímulo, A Raça e Tribuna Negra, 1935; A Alvorada, 1936; Senzala, 1946; Mundo Novo, 1950; O Novo Horizonte, 1954; Notícias de Ébano, 1957; O Mutirão, 1958; Hífen e Niger, 1960; Nosso Jornal, 1961; e Correio d’Ébano, 1963.

Em consonância com o pensamento da Frente Negra surgiu “O Teatro Experimental do Negro (TEN)”. Em meados da década de 1940, depois de um período de ditadura, teve início no Brasil um intenso movimento pela volta da democracia. Para Munanga e Gomes (2005, p. 121). No ano de 1944, surgiu na cidade do Rio de Janeiro o Teatro Experimental do Negro (TEN). Esse grupo, fundado e dirigido por Abdias do Nascimento, tinha o objetivo de abrir as portas das artes cênicas brasileiras para os atores e atrizes negros. Sobre os diversos movimentos organizados, os seus autores reforçam a ideia de que; O TEN foi responsável também pela publicação do jornal Quilombo, o qual retratou o ambiente político e cultural de mobilização antirracista no Brasil, no início da democracia contemporânea. Um dos membros fundadores foi Solano Trindade natural do Recife considerado o maior poeta negro que o Brasil já conheceu, foi além de poeta, pintor, ator e cineasta. Uma das suas obras a poesia “Assumidamente Negra” foi premiada internacionalmente, foi elogiado por vários artistas. Sua contribuição cultural e artística é incontestável, infelizmente é muito pouco lembrada.

A resistência negra não parou, ainda que na década de 1960, o Brasil tenha experimentado um regime de exceção política. “A resistência negra na ditadura”. Em 1964, foi instaurado a Ditadura Civil e Militar no Brasil, a sociedade brasileira sofreu um duro golpe. Diante desta dura realidade os grupos negros de protesto contra o racismo foram reprimidos, assim como qualquer movimento de luta pela volta da democracia. Sobre os dias tenebrosos que pairaram sobre o país a partir de 1964 as resistências contra a opressão não cessaram. Diante dessa realidade Munanga e Gomes revelam que; sob o controle da ditadura militar, continuaram acontecendo em todo o Brasil movimentos de resistências e manifestações pela volta da democracia e por melhores condições de vida para a população. Concordando com os autores/as, as lutas a partir dos anos de 1970, fez renascer mais uma vez a luta contra o racismo aliada aos trabalhadores contra a exploração capitalista. “Novos contornos surgiram na relação entre raça e classe social”. Munanga e Gomes (2005) apontam que em meados dos anos 1990, estudos sobre relações raciais, estatísticas oficiais e pesquisas sobre desigualdades raciais no Brasil realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), uma fundação do Ministério do Planejamento e Gestão, comprovaram a existência do racismo em nossa sociedade e demonstraram como ele é um fator de agravamento da situação de exclusão e desigualdade vivida pelas camadas populares brasileiras. As pesquisas explicitaram o que o Movimento Negro já apontava há muitos anos: a pobreza, no Brasil, tem cor. O

Movimento Negro Unificado⁵, mais conhecido como MNU, tomou-se uma das principais entidades negras da atualidade, possui caráter nacional.

Da resistência negra também fez parte “O movimento de mulheres negras” As mulheres negras também se organizam em Organizações Não-Governamentais (ONG's) e passaram a realizar vários trabalhos de denúncia contra o racismo, cursos, palestras, projetos e debates sobre: educação sexual, saúde reprodutiva, doenças sexualmente transmissíveis, concepção e nascimento, doenças étnicas, direitos humanos, educação, entre outros (MUNANGA E GOMES, 2005). As mulheres principais vítimas de abusos enfrentaram as mais adversas situações de preconceitos, ainda mais, quando se trata de mulher negra. As ONGs dão suporte e encorajamento para que as mulheres vítimas de agressões, preconceitos, discriminação e outros não se calem.

Chegado aos anos de 2003, a criação da lei 10.639/03 se tornou um marco para os movimentos negros quando por meio desta se torna obrigatório a inclusão do ensino da história afro-brasileiro e africano nos currículos das instituições escolares públicas e privadas. Através da educação uma nova história pode ser (re) construída, contada, não mais silenciada, essa lei veio para legitimar as lutas, pela cultura, educação, inclusão, igualdade, respeito, identidade, que todos/as os/as afro-brasileiros/as e africanos merecem.

⁵Site: Movimento Negro Unificado: Segurança e Lança Brasil. 40 anos de luta por justiça para o povo negro! Link: <http://mnu.org.br/quem-somos/.acessoem30/09/2018>.

O **Movimento Negro Unificado (MNU)** é uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil. Fundada no dia 18 de junho de 1978, e lançada publicamente no dia 7 de julho, deste mesmo ano, em evento nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em pleno regime militar. O ato representou um marco referencial histórico na luta contra a discriminação racial no país

II PARTE

OS DESAFIOS E LIMITAÇÕES DE SE ENSINAR HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nossa sociedade vive diariamente valores e práticas que estão relacionados à cultura africana, os quais foram absorvidos ao longo de três séculos de convivência direta das pessoas negras com a cultura cristã europeia. Em nosso dia-a-dia convivemos e compartilhamos da cultura afro-brasileira e africana, mas, na maioria das vezes não temos consciência dessas práticas, o que nos leva a distanciar-se dela e conseqüentemente nos negamos a conhecê-la.

Em meio a essa realidade a escola como espaço de sociabilidade deve agir como mediadora desse “conflito”, e desenvolver ações que promova o respeito à cultura afro-brasileira e africana. Mas nem sempre isso se faz a contento, na maioria das vezes a escola provoca e alimenta o distanciamento quando deixa de oportunizar e promover junto aos docentes e discentes políticas educacionais que aproxime a comunidade da escola. De acordo com Gomes (2012, p.24).

A educação escolar, como espaço-tempo de formação humana, socialização e sistematização de conhecimentos, apresenta-se como uma área central para a realização de uma intervenção positiva na superação de preconceitos, estereótipos, discriminação e racismo.

Mesmo com melhora nos materiais didáticos, paradidáticos, a internet que fornece uma gama de informações sobre a história e cultura afro-brasileira e africana, ainda assim, destacamos a falta que faz os cursos de aperfeiçoamento, e formação continuada de professores/as, sobretudo, porque muitos docentes tiveram uma formação centrada na perspectiva eurocêntrica de história e ciência. Essa realidade explica o abismo entre a educação escolar e a afirmação da identidade étnico-racial em nossa sociedade.

No Brasil, são incontáveis os estudos que afirmam essa presença de elementos culturais africanos recriados em nosso contexto histórico, social e cultural. É também notório como tal movimento intercontinental, intercultural e inter-étnicos permeia a vida, os modos de ser, os conhecimentos, as tecnologias, os costumes, a musicalidade e a corporeidade dos outros grupos étnico-raciais que conformam a nossa população. Por mais que esse processo seja uma realidade, também é fato que ele convive, no Brasil, com uma prática e um imaginário racistas. Esse racismo ambíguo se faz presente em nossa

estrutura de desigualdade, em nossas ações cotidianas e na produção do conhecimento. (Brasil; 2014 p. 12. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. -- Brasília: MEC/SECADI, UFSCar, 2014).

Nesse sentido se torna desafio ou/e limitado para os professores/as apoderar-se de materiais didáticos e desenvolverem práticas pedagógicas que promovam e estimulem o senso crítico dos alunos/as a respeito da diversidade étnico-racial de forma igualitária, despertando assim a construções de possibilidades para se enfrentar o racismo.

2.1 SOBRE OS SUJEITOS DA PESQUISA

A maioria dos professores tem formação na área que atua. A média de atuação no magistério é dez anos, e do total de 08 professores/as entrevistados/as 04 se reconhecem etnicamente como branco, (02) se declararam pardos, e (02) se declararam preto.

Quanto aos desafios e limitações para se ensinar história e cultura afro-brasileira e africana na escola e como professores/as se posicionam diante dos desafios em sala de aula para tratar dessa temática, vários desafios foram apontados, a exemplo do preconceito, falta de acesso a livros e recursos, falta de apoio da instituição de ensino e dos colegas de trabalho, resistência a novos conhecimentos pelos alunos/as. Nesse sentido, os/as Docentes 1, 3, 6, 8, ainda apontaram:

A construção de estereótipos relacionados à África e a cultura afro-brasileira que é construída na imaginação dos jovens, por seus familiares, e, reafirmado por parte da mídia (Docente 01).

O desafio é sentir a vontade de ensinar e preparar as aulas e combinar com os colegas, tentando amenizar o preconceito (Docente 03).

Tudo o que representa “outra cultura” é um esbarro cultural e choca como tudo o que é diferente. A situação piora no quesito religião (Docente 06).

Falta de acesso a livros e recursos. Os livros são escassos e pouca tiragem para atender a demanda (Docente 08).

Os desafios enfrentados pelos/as professores/as são os mais diversos possíveis, mas, estes/as devem estar preparados para superá-los. De acordo com Gomes (2012, p.355).

Quanto aos professores (as), a ausência ou o espaço restrito para a formação em serviço dos próprios educadores (as) é também um inibidor do processo de discussão, de enraizamento e de problematização das práticas realizadas.

Acreditamos que na maioria dos casos os profissionais não tem interesse em trabalhar em sala de aula os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana ou outros temas, às vezes por falta de incentivo do gestor da escola, seja ela municipal ou estadual. Nesse sentido a falta de formação continuada é um ponto negativo, como também a falta de sensibilidade em se posicionar sobre diversos temas em sala de aula. Hoje é disponibilizado uma gama de recursos didáticos e paradidáticos sobre os mais variados assuntos, tudo isso acessíveis aos/as professores/as, a internet oferece muitas possibilidades de pesquisa, sem mencionar que muitas escolas tem esses materiais, mais o/a professor/a não procuram e nem a instituição divulga.

Quanto ao desenvolvimento de projetos com relação a história e cultura afro-brasileira e africana na escola, professores/as responderam que a escola não tem, ou desconhece projetos da escola que envolvam essa a temática. Sobre essa afirmação os/as docentes; (05) e (07) deixam claro que:

Não! Já estou aqui a algum tempo e a escola não desenvolveu trabalho com esta temática, eu que faço algumas atividades simples que aborde em sala (Docente 05).

Não, mas tenho como projeto realizar mesas redondas e apresentações no próximo dia 20/11/18 (Docente 07).

Diferente das respostas acima a/o docente (08) e (01) afirmaram que já houve trabalho na escola, prosseguiu.

Sim. Em 2016 uma professora de geografia desenvolveu uma pesquisa-ação na escola. Sobre o tema. África Aqui Agora.

Quando perguntado, como professores/as em sala de aula podem colaborar com o respeito à cultura afro-brasileira e africana, e assim extinguir o racismo na sociedade? Sabe-se que o Brasil é um país extremamente racista, o racismo se apresenta de maneira explícita ou velada sobre os povos negros/as e suas culturas, que estão presentes em nossa sociedade há vários séculos. Sobre essa questão os/as professores/as concordaram que precisa haver; articulação, debates, respeito, diálogos, trabalhos com textos, filmes sobre o tema, focando as minorias, dando ênfase à questão de cor, ser trabalhado em todas as disciplinas, desenvolver ações e projetos que apontem a importância e contribuições da cultura africana e afro-brasileira nas áreas do saber. O docente (04) reforçou a ideia de combate ao preconceito através do diálogo;

A partir do diálogo. Tudo começa (e deveria acabar) na conversa. E preciso, ainda, se fundamentar em argumentos consistentes, como fatos, pesquisas e exemplos, a fim de levar a uma reflexão sobre o tema e ação contra o preconceito.

Enquanto que para docente (05);

Oportunizando momentos de conhecimento que venham de encontro a esta temática, trazer culturas diversas a serem discutidas. Os alunos para respeitar precisam conhecer. Acredito que abordagens como esta tragam um diferencial.

Acerca dessa questão, Gomes (2012) classifica como; o quanto é “complexa e desafiadora é a efetivação da sustentabilidade das práticas pedagógicas voltadas para a educação das relações étnico-raciais nas instituições que atenderam a este preceito legal”.

As ações pedagógicas apresentadas pela instituição ou pelos professores/as são de muita importância, no sentido que, esses projetos uma vez realizados trazem um saber que não envolve apenas a sala de aula e vai além dos livros didáticos, envolve todo o corpo escolar. De acordo com Gomes (2012) não se pode designar uma ou mais características como causa única ou complementar dos avanços ou dos limites de determinada experiência.

Por que é importante a escola ensinar história e cultura afro-brasileira e africana? Esta questão teve o objetivo de entender como os professores/as, tratam os conteúdos sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana percebendo sua importância na construção da história brasileira e na formação de identidade. Os professores discorreram sobre vários aspectos no que tange a importância do ensino de história e

cultura afro-brasileiro e africano dentre elas: “indispensável para conhecer a própria identidade”, “faz parte da nossa cultura”, “identificação da consciência de classe”, “menos preconceito com os cultos africanos e com a religião”, “Porque são nossas raízes”, “quebrar essa imagem pejorativa da cultura afro e africana”, “é na escola que o processo interativo acontece”, “a escola tem a função de abrir as portas do mundo para o aluno”, “a matriz africana é um dos três pilares da formação do povo brasileiro”.

Com a promulgação da Lei 10.639/03 propondo novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Ou seja, os professores devem ressaltar a importância da cultura afro-brasileira e africana como participativa no processo da formação da nossa sociedade, valorizando o/a negro/a como sujeito histórico, ressaltando o seu pensamento, a musicalidade, a religião, culinária e, sobretudo, despertando o sentimento de pertença dos seus/as alunos/as sobre sua identidade.

III PARTE

O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL

O pensamento de uma “etnia” considerada superior na sociedade brasileira cristalizou nas pessoas o ideal do homem branco como sendo o que está acima das demais etnias. As políticas voltadas para o fortalecimento desse ideal refletiu em muitos negros a não aceitação da sua identidade afro-brasileira e africana. Durante esse processo perdurou a cultura de branqueamento, o que fez com que muitos negros não se reconheçam como negros, os filhos crescessem negando seu pertencimento étnico-racial, uma vez que foram criados numa sociedade em que o preconceito implícito ou explícito estava em toda parte e exerciam vários tipos de pressão principalmente psicológica. Ao analisar a política de branqueamento, Munanga (1999) afirma que:

A política e a ideologia do branqueamento exerceram uma pressão psicológica muito forte sobre os africanos e seus descendentes. Foram, pela coação, forçados a alienar sua identidade transformando-se, cultural e fisicamente em brancos. Ora o Brasil é um país de vários povos e as culturas se entrelaçam entre si no dia-a-dia da sociedade, um maranhado; no sentido de que não há como evitar o convívio dessas diversas culturas existentes entre nós (MUNANGA, 1999, p.9).

A aceitação da identidade é “negociável” nas palavras de Bauman (2004) e a decisão é própria do indivíduo. De acordo com esse autor:

Tornamo-nos consciente de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não tem a solidez de uma rocha, não são garantidas para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’. Em outras palavras, a ideia de ter uma identidade não vai ocorrer às pessoas enquanto o ‘pertencimento’ continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa (BAUMAN, 2005, p.17-18).

Para suprir as perdas que os negros massacrados pelo sistema que não os olhavam como ser humano em sua plenitude, que julgava mais do que ajudava, é preciso que as instituições de ensino, promovam a inserção da Lei 10.639/03, através de ações concordantes no sentido de reparar as injustiças e práticas excludentes que acontecem nos espaços escolares. Incluir no cotidiano escolar conteúdos e temáticas que fazem ligações

diretas sobre a questão étnico-racial e cultural envolvendo diversos componentes curriculares, é importante sobretudo, porque possibilita pensar sobre a interdisciplinaridade e dessa maneira trabalhar áreas de conhecimentos interligando diversos aspectos com os demais saberes, ou seja, o desafio é inserir diversos temas já mencionados como (cultura, etnia, diversidade), no currículo escolar quebrando assim paradigmas desde outrora consagrados.

O currículo por sua vez, expressa interesses, relações de poder, ele não é neutro, é uma “invenção social”. Para Silva (2008, p.148) “é também através de um processo de invenção social que certos conhecimentos acabam fazendo parte do currículo e outros não”. Por muito tempo o currículo expressou os ideais dos grupos dominantes, ainda segundo esse autor (2008), “com a noção de que o currículo é uma construção social aprendemos que a pergunta importante não é “quais conhecimentos são validos?”. Mas sim “quais conhecimentos são considerados validos?”. É nosso dever questionar, é nosso dever perceber as indagações dos/as alunos, dos negros na sociedade, entendendo que a construção da identidade é um processo que envolve à busca por possibilidades/desafios de se (re) conhecer, e a luta pela desconstrução de rótulos, e preconceitos.

Concordando com Fernandes e Freitas (2007), quanto a perspectiva de atender aos desafios postos pelas orientações e normas vigentes, é preciso olhar de perto a escola, seus sujeitos, suas complexidades e rotinas e fazer as indagações sobre suas condições concretas, sua história, seu retorno e sua organização interna. “Torna-se fundamental, com essa discussão, permitir que todos os envolvidos se questionem e busquem novas possibilidades sobre currículo: o que é? Para que serve? A quem se destina? Como se constrói? Como se implementa?” (FERNANDES, FREITAS, 2007, p.06).

Com essas indagações colocadas em debates, os espaços escolares contribuiriam com a construção da identidade e conseqüentemente oportunizariam aos alunos/as, sentimento de pertencimento à sua etnia e grupo social conhecendo e valorizando suas heranças étnico-raciais. Nas perspectivas de um novo pensamento na construção de saberes que valorize, nas palavras de Oliveira e Martins (2014) “o conhecimento do patrimônio cultural negro”, respeitando a subjetividade de cada grupo étnico. A ideia de miscigenação com objetivo de clarear a população no início do século passado não alcançou o seu objetivo, mas criou uma crise de identidade que se estende até os dias atuais. Nesse contexto Silva (2011, p. 13) aponta que; construímos as nossas identidades nacional, étnico-racial, pessoal, apreendemos e transmitimos visão de mundo que se expressa nos valores, posturas, atitudes que assumimos, nos princípios de defendermos e

ações que empreendemos. A nossa sociedade é eurocêntrica pautada nos ideias ocidentais, no qual o branco e sua cultura exerce total predominância, os negros/as para fazer parte dessa sociedade tem que assimilar a opressão do branco sobre si e seus valores. Nesse momento o negro/a enquanto sujeito rejeita a sua condição, sua identidade negra.

De acordo com Seyferth (2002, p.37) apud Silva (2011, p.14) “a migração europeia teve entre seus objetivos o clareamento da população (que também significa ocidentalização), supondo-se que, nesse processo histórico de mestiçagem, fossem prevalecer as características da raça branca”. Ainda de acordo com Silva (2011) “a sociedade brasileira sempre foi multicultural, desde 1500”, fora as nações indígenas que aqui já viviam, vieram para estas terras portugueses/europeus, escravos africanos, ou seja, são povos, culturas e línguas distintas uma organização social complexa pelas diferenças, “no entanto, esta diversidade não foi, e hoje o é, como muita dificuldade, aceita” Silva (2011).

Contudo o desafio de se reconstruir uma identidade negra veio em meio as lutas e movimentos dos grupos negros e simpatizantes a fim de denunciar preconceitos e reivindicar seu lugar de direito na construção da história nacional e valorização da cultura afro-brasileira despertando a necessidade de políticas públicas destinadas aos negros, como de inclusão nos campos socioeducativos.

É importante destacar que se entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira. Contudo, o termo foi ressignificado pelo Movimento Negro que, em várias situações, o utiliza com um sentido político e de valorização do legado deixado pelos africanos (DCNS, 2004, p.13).

“Essa nova forma de construção da identidade e do saber envolve práticas e expectativas sobre a vida entendida em toda a sua complexidade e percepções dos elementos que formam a nossa subjetividade e a da comunidade em que se está inserida” Oliveira e Martins (2014 p. 200).

É possível observar no cotidiano escolar práticas que fortalecem não só preconceitos, mas reforça e caracteriza a cultura branca como a mais importante,

consequentemente reflete na sociedade esse ideal de cultura elitista de pensamento uno que promove relações desiguais e desvalorização em detrimento as outras culturas e etnias.

Para entender a construção da identidade no Brasil, é preciso perceber que essa produção está ligada as relações de poder, sobretudo, produzindo um discurso que não deve ser compreendido como uma ideia naturalizada, mas, que na verdade se deu através de uma construção social. Nesse sentido, a identidade como discurso político, vai exercer pressão e negação, afasta ou aproxima e definem quem exclui e quem é excluído. No Brasil a construção de identidade nacional assume o compromisso de construir um passado hegemônico na concepção do homem branco, para tal feito, enterra a heterogeneidade existente, molda a sociedade e busca induzir modos, comportamentos inventam uma sociedade fundamentada na superioridade da “raça branca” dentre as demais etnias existente.

Numa entrevista realizada em (2004) Munanga fala que parece fácil definir quem é negro no Brasil e pontua que; “os conceitos de negro e de branco têm um fundamento étnico-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico”. Ou seja, ser negro ou não, vai além da cor da pele ou da condição do cabelo crespo e não é tão fácil quanto se parece, e afirma que é um “processo doloroso” uma vez que muitos negros/as absorveram essa ideia de branqueamento e rejeitam a sua negritude. "Nos últimos anos, houve uma verdadeira explosão discursiva em torno do conceito de 'identidade'", afirma Bauman (2008, p. 178).

A afirmação⁶ do ser negro enquanto opção é polêmica e provocadora. Polêmica porque num primeiro momento é impossível cogitar a cor da pele como uma opção, pois sempre relacionamos o ‘*ser negro*’ a uma condição natural, essencializada numa concepção biológica. Provocadora, porque transpõe o ‘*ser negro*’ para uma concepção cultural, construída na relação com o outro, ao mesmo tempo em que, sutilmente, revela a existência de uma referência do que é ‘*ser negro*’, uma *identidade* já constituída na sociedade e reivindicada quando se faz necessário. Para Munanga é problemático afirmar-se negro, uma vez que esse conceito é multifacetado:

⁶ Ver Site DESACATO sobre: **discussão da Cultura Negra** e questões sobre identidade. Por Carla Fernanda da Silva e Ricardo Machado. Link <http://desacato.info/identidade-negra-cultural-afro-brasileira-e-diferencas-na-construcao-da-historia-blumenauense-sao-discutidas-em-documentario/>

Politicamente, os que atuam nos movimentos negros organizados qualificam como negra qualquer pessoa que tenha essa aparência. É uma qualificação política que se aproxima da definição norte-americana. Nos EUA não existe pardo, mulato ou mestiço e qualquer descendente de negro pode simplesmente se apresentar como negro. Portanto, por mais que tenha uma aparência de branco, a pessoa pode se declarar como negro. No contexto atual, no Brasil a questão é problemática, porque, quando se colocam em foco políticas de ações afirmativas – cotas, por exemplo –, o conceito de negro torna-se complexo. Entra em jogo também o conceito de afro-descendente, forjado pelos próprios negros na busca da unidade com os mestiços. Com os estudos da genética, por meio da biologia molecular, mostrando que muitos brasileiros aparentemente brancos trazem marcadores genéticos africanos, cada um pode se dizer um afro-descendente. Trata-se de uma decisão política. (A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. 2004, p.52)

A mestiçagem no Brasil foi responsável pela ideia de branqueamento e consequentemente a não aceitação do ser “negro/a” e de certa forma exercendo distanciamento da identidade negra pelos mestiços.

Daí a alienação que dificulta a formação do sentimento de solidariedade necessário em qualquer processo de identificação e de identidade coletivas. Tanto os mulatos quanto os chamados negros "puros" caíram na armadilha de um branqueamento ao qual não terão todos acesso abrindo mão da formação de sua identidade de "excluídos". (MUNANGA, 1999, p.88)

A condição de pertencimento e aceitação só pode acontecer quando os negros/as passarem a aceitarem a sua condição, quando não houver dúvida sobre a sua negritude. Conhecer a sua história é importante nesse processo de aceitação e (re) construção de uma identidade e, ela não pode ser imposta e sim reivindicada, nas palavras de Bauman “agarrados e examinados”, o autor ainda acrescenta que; “as coisas são observadas quando desaparecem ou se quebram, elas devem primeiro sair do rotineiramente "dado" para que a busca por suas essências comece e as perguntas sobre sua origem, paradeiro, uso ou valor sejam feitas” (BAUMAN, 2008, p.79)

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A metodologia desenvolvida pelos professores (as) em sala de aula contribui consideravelmente no processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, e ainda oportuniza a estes conhecer melhor seus alunos/as e a realidade da comunidade onde trabalha por isso o papel do docente na sala de aula é garantir condições para que os/as alunos/as possam refletir sobre sua identidade racial. Esse fazer é de suma importância, uma vez que o/a aluno/a enquanto sujeito passa se (re) conhecer, aceitar e reconhecer o “outro” valorizando as diferenças. Hoje a discussão sobre a diversidade étnica no Brasil ganha cada vez mais espaços, infelizmente nos últimos dias foi noticiado nos jornais televisivos e impressos o aumento da desigualdade entre os negros e os brancos acentuando o preconceito que não está tão velado como antes.

A realização deste trabalho possibilitou a análise de questões em relação a formação da nossa sociedade, e possibilitou perceber que não se pode separar ou excluir desse estudo a participação dos negros/as na nossa história política, econômica e cultural, nesse sentido muito menos negar-lhes um lugar de destaque na construção desta nação. Por várias décadas os povos negros foram tratados a margem da sociedade, mas nunca deixaram de lutar por igualdade, contra preconceitos e estereótipos alimentados por um grupo étnico (o homem branco) e reproduzido pelas instituições escolares.

Em contrapartida hoje temos a nosso favor a Lei 10.639/003, uma importante conquista dos movimentos de resistência dos negros/as pelo Brasil afora, uma evidência de que com a educação é possível a esperança numa verdadeira liberdade, uma educação que valorize o “outro”, que oportunize as condições ideais de pensamento plural, democrático respeitando as diversidades.

As dificuldades relatadas pelos professores da escola estadual na cidade de Mamanguape reflete a realidade existente na maioria das escolas em nível nacional, a falta de apoio das instituições e omissão por parte de alguns docentes em discutir temáticas importantes sobre diversidade, o que reafirma a hegemonia do currículo eurocêntrico. Por outro lado temos tantos profissionais da educação empenhados em mudar esse cenário, acredito que ações envolvendo toda a instituição, alunos e sociedade juntos se faz necessário uma vez que os projetos despertam além de conhecimento, questionamentos, aceitação sobre a história da África, que reflete na autoestima dos estudantes negros, iniciativas de ajuda mútua entre eles desperta um novo pensar.

É claro que passados quinze anos da promulgação da Lei 10.639/2003, pelo Exº Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda não se tornou garantia da efetivação em todas as instituições escolares o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. A existência dos desafios são muitos, sobretudo porque a mentalidade eurocêntrica nos currículos ainda é muito forte, algumas escolas ainda praticam a folclorização quando apresentam os negros/as e os indígenas limitados sobre fantasias restritos as datas comemorativas, nesse sentido, deixa de ser discutido o que está na Lei 10.639/003, isso corre o risco de estar levando apenas uma única história para os/as alunos/as. Acerca dessa questão, Chimamanda (2009) fala sobre os perigos dessa única história, ela rouba das pessoas sua dignidade. Para esta autora; “Histórias tem sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida”.

Por outro lado, temos uma gama de professores se formando, com perspectivas sobre a importância de fazer diferente, fazer a diferença no saber fazer, é com esse pensamento que não podemos deixar se calar tantas vozes que nos trouxeram até aqui, precisamos manter viva essas vozes, os momentos são difíceis, sim são! Mas, quando deixou de ser? Acredito que através da educação, concordando com os ideais de lutas dos movimentos negros é que possamos reverter esse quadro que nos assola por mais de quinhentos anos, é através do conhecimento que as identidades em choque encontrarão novos rumos, isso se dá quando praticarmos um ensino de inclusão plural sobre as questões de cidadania, cultura e étnico-racial, quando for realizada a implementação do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana contemplando assim todas as especificidades existentes na história dos povos negros/as, e indígenas. Que esse olhar sobre o ensino possa ser espontâneo e não imposto.

REFERENCIAS

- ADICHIE, Chimamanda O PERIGO DE UMA ÚNICA HISTÓRIA. TEDGlobal 2009. Linkdisonivalem:https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?source=googleplus&language=pt-br#t245296. acessoem25/11/2018.
- ALMEIDA, Marco Antônio Bettine de; SANCHEZ, Livia. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. ISSN 1982-7199 | DOI: <http://dx.doi.org/10.14244/198271991459> Revista Eletrônica de Educação, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.
- AMORIM, Roseane Maria de. O (A) NEGRO (A) NA SOCIEDADE BRASILEIRA ONTEM E HOJE: O PAPEL DAS CATEGORIAS RAÇA, ETNIA E CLASSE SOCIAL PARA A EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA. Revista Lugares de Educação, Bananeiras, v. 1, n. 1, p. 87-106, jan.-jun. 2011 ISSN 2237-1451 Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle>.
- BAUMAN, Zygmunt. A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas / Zygmund Bauman; tradução José Gradei. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- _____. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman; Tradução Carlos Alberto Medeiros – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2005.
- BAUMAN, Zygmunt; MAY Tim. Aprendendo a Pensar com a Sociologia: in Ação, identidade e entendimento na vida cotidiana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2010, p.23-36.
- BATISTA, Maria de Fátima Oliveira. Educação, Escolarização e identidade Negra: 10 anos de pesquisa sobre relações raciais no PPGE/UFPE. In: **A Contribuição do Movimento Negro de Pernambuco na Construção da Lei Nº 10.639/03**. Organizador/a, Eliente Santiago, Delma Silva, Claudilene Silva. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. -- Brasília: MEC/SECADI, UFSCar, 2014.
- BRASIL. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** 13ª edição Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Centro de Documentação e Informação Edições Câmara Brasília | 2014.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília | DF | Outubro | 2004.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais /Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

CAVALLEIRO, Eliane. História da Educação do Negro e outras histórias. In **Apresentação**. Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005, p.9-10.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica da Paraíba. In. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 1-20, jan./mar. 2017.

_____. Formação Continuada de Professores/as e a Educação para Igualdade Racial: um desafio político. In. **Anais do XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB**, Campina Grande, 2016.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS Luiz Carlos de. Indagações sobre Currículo: currículo e avaliação. (Org) BEAUCHAMP, Jeanete, PAGEL, Sandra Denise e NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC; Unesco, 2012.

_____. Relações Étnico-raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. In. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. O Negro no Brasil de Hoje. In: **A resistência negra: das revoltas ao movimento negro contemporâneo**.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: vozes, 1999.

_____. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil**. Entrevista de Kabengele Munanga. *Estudos Avançados* 18 (50), 2004, p.51-56.

OLIVEIRA, Leyla Beatriz de Sá; CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. A Importância da Lei federal nº 10.639/03. In. **Revista África e Africanidades** - ano 4 - n. 16 e 17, fevereiro/maio, 2012.

SOARES, Iraneide da Silva. **Caminhos, Pegadas e memórias**: uma história social do Movimento Negro Brasileiro. *Universidades Relações Internacionais*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2016.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINRLLI, Marlene. Ensinar História. In: **O saber e o fazer históricos em sala de aula**. São Paulo: Scipione, 2009, p.33-52.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Relações étnico-raciais e Educação no Brasil. In **Aprender, Ensinar e Relações Étnico-Raciais no Brasil**. FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves de; FERNANDES, Alessandra Borges (Org.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011, p.10-35.

**APÊNDICE – ENTREVISTAS COM DOCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA
DO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE - PB**

Roteiro de Entrevista

- 1- Nome do/a Professor/a:
- 2- Área de Formação:
- 3- Área de Atuação:
- 4- Tempo de atuação no magistério:
- 5- Como se reconhece etnicamente:
() Indígena, () Negro/a, () Branco/a, () Amarelo/a, () Pardo

- 6- Quais os desafios e limitações para se ensinar história e cultura afro-brasileira e africana nessa escola?
- 7- A escola desenvolve ou já desenvolveu algum projeto com relação a história e cultura afro-brasileira e africana?
- 8- Como professores/as em sala de aula podem colaborar com o respeito à cultura afro-brasileira e assim extinguir o racismo na sociedade?
- 9- Por que é importante a escola ensinar história e cultura afro-brasileira e africana?
- 10- Como o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana pode colaborar com estudantes e professores na construção da sua identidade racial?

Mamanguape, ___/___/2018.

Assinatura do/a Entrevistado/a